



ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

DILEMAS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: A EXPERIÊNCIA DOS PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

DILEMMAS OF TERRITORIAL PLANNING: THE EXPERIENCE OF REGIONAL DEVELOPMENT PLANS IN RIO GRANDE DO NORTE

Flaubert Fernandes Torquato LOPES¹

Resumo: O artigo expõe uma tentativa sucinta de proceder uma contextualização teórica e histórica acerca do debate sobre a implementação de políticas territoriais orientadas pelo que se definiu de novo paradigma em que o desenvolvimento regional é concebido como um processo de mudança estrutural em que desenvolvimento é referendado em sistemas modernos de planejamento, quais sejam: democracia, descentralização, participação, organização social e política. A promoção de processos de desenvolvimento pautados nestes princípios tem se baseado, do ponto de vista analítico/teórico, na noção de desenvolvimento local endógeno e sustentável. Dessa forma, experiências diversas de políticas públicas foram elaboradas com o propósito de combater as desigualdades regionais. No caso específico do Rio Grande do Norte, a elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentáveis foi a estratégia adotada com o propósito de envolver as regiões do Estado num processo de construção de arranjos institucionais a fim de fortalecer o território.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Território. Planejamento territorial. Sustentabilidade.

Abstract: The article presents a succinct attempt to proceed with a theoretical and historical contextualization of the debate on the implementation of territorial policies guided by what was defined as a new paradigm in which regional development is conceived as a process of structural change in which development is endorsed in systems planning, namely: democracy, decentralization, participation, social and political organization. The promotion of development processes based on these principles has been based, from an analytical/theoretical point of view, on the notion of endogenous and sustainable local development. In this way, diverse experiences of public policies were elaborated with the purpose of combating regional inequalities. In the specific case of Rio Grande do Norte, the elaboration of Regional Sustainable Development Plans was the strategy adopted with the purpose of involving the regions of the State in a process of building institutional arrangements in order to strengthen the territory.

Keywords: Development. Territory. Territorial planning. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as avaliações das políticas tradicionais de desenvolvimento regional revelaram que os mecanismos baseados em controles locais e em incentivos fiscais e financeiros indiscriminados se tornaram ineficazes para gerar uma base permanente e sustentável

¹ Aluno do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da UFPE. E-mail: flaulopes@uol.com.br.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

de crescimento nas regiões menos desenvolvidas, o que necessitou estabelecer e desenvolver novas concepções, novos mecanismos e novas estratégias de intervenção pública que priorizassem o combate às desigualdades regionais.

No caso brasileiro, este contexto, auxiliado pela crise fiscal do Estado, pelo despontar do ideário neoliberal, pelo processo de redemocratização, pelo redesenho federativo e pela adoção de políticas de descentralização político-administrativa daí decorrentes, tem favorecido e reforçado iniciativas de planejamento do desenvolvimento regional voltadas à valorização do potencial endógeno dos territórios, fomentando a elaboração de planos de desenvolvimento regional referendados em sistemas modernos de planejamento, quais sejam: a democracia, a descentralização, a sustentabilidade, a participação e a organização social e política.

Neste aspecto, a promoção de processos de desenvolvimento pautados nos princípios anteriormente expostos fez com que um novo paradigma começasse a ser construído: a do desenvolvimento territorial sustentável, em que o território passa de uma posição de suporte das relações sociais e funcionais e se converte em um agente de transformação social, e que o desenvolvimento sustentável aparece como uma estratégia exequível.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tal como em outras categorias das ciências humanas e sociais, o conceito de território é provido de enorme complexidade. Diga-se, em princípio, que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito mais ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área (Andrade, 1998). Segundo Corrêa (1998, p. 249) “território não é sinônimo de espaço, ainda que para alguns ambos as palavras apresentem o mesmo significado. Do mesmo modo territorialidade e espacialidade não devem ser empregadas de modo indiferenciado”.

Para Andrade (1998), tal categoria geográfica vem sendo estudada desde Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território e por Elisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Há, pelo menos, duas grandes correntes de pensamento que apreendem de forma distinta a questão do território. A primeira, toma-o de forma naturalizada como um espaço físico que está dado e que está completo. Nesta concepção, são os critérios geopolíticos que definirão um território denominado território- solo. Esta concepção de apropriação de um espaço naturalizado e acabado é a que dá sustentação à visão topográfico-burocrática de território.

A segunda, coerente com o desenvolvimento como processo, vê o território como um espaço em permanente construção, produto de uma dinâmica social onde se tencionam sujeitos sociais postos na arena política. Uma vez que essas tensões são permanentes, o território nunca está acabado, mas, ao contrário, em constante construção e reconstrução. Portanto, a concepção de território-processo transcende à sua redução a uma superfície-solo e às características geofísicas para



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

instituir-se como um território de vida pulsante, de conflitos, de interesses diferenciados em jogo, de projetos e de sonhos. Esse território, então, além de um território-solo é, ademais, um território econômico, social, político e cultural.

Este último ponto de vista é compartilhado por Souza (2012): "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". O que é assinalado por este autor é o caráter flexível do que possa ser o território. Para ele, "o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)". Em outras palavras, territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Nos termos do autor, "...territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica".

Conforme os argumentos de Souza, mostrando que esta proposta se centra no resgate da referência clássica ao conceito de território, que é a idéia de poder, ela lembra Manuel Correia de Andrade quando afirma que o conceito de território está muito relacionado "a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área"

Assim, a caracterização territorial permite identificar as relações de domínio, controle e gestão que são próprias de um determinado território. Ou seja, com isso pode-se desnudar o exercício do poder que, naturalmente, ou melhor, socialmente, relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região.

O CIRAD-Sar (apud Sabourin, 2002), considera que o território não é um simples suporte físico das atividades econômicas ou um quadro de localização dos agentes. Ele é um espaço construído historicamente e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. Assim sendo, o território é um resultado e não um dado

Por isso, fala-se de construção de territórios a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva. A idéia central da abordagem territorial do desenvolvimento é a preocupação pela integração e coordenação entre as atividades, os recursos, e os atores, por oposição a enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural, e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc.) (Sabourin, 2002, p. 23).

Para Abramovay (2002), um território não consiste simplesmente em uma região com atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis –, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações que possam dinamizar a vida regional. Em síntese, para este autor territórios não são simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sócias.

Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto - e a expressão de novo é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o estado e o mercado, ente o uso econômico e o uso social dos recursos. Esta última questão, hoje fundamental, refere-se à dissonância entre os usos econômicos e os usos sociais dos mesmos recursos, ou à possibilidade de produzir recursos (Santos, 1999, p. 19-20).

Para Corrêa (1998), territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas. Portanto, se o território pode ser estudado pelas territorialidades produzidas pelos agentes, a retirada do mesmo ocasiona, por sua vez, o efeito de desamparo, abandono, tal situação advinda da expulsão de seu lugar de origem, da perda do território, comumente chamado de desterritorialidade. Nesse sentido, identificamos não apenas do local de origem, mas também as perdas simbólicas e de relação identitária como o local de vivência. Assim, o território, no domínio das relações de produção, tido como produto e mercadoria, se expande segundo uma ordem de conquista, poder e domínio, “se expande pelo espaço não conquistado cria novas formas de territorialidades que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade e dá origem a novas territorialidades.” (Andrade, 1998:220). “Desterritorialidade sem nova territorialidade significa exclusão do processo social” (Corrêa, 1998:254).

Para Boisier (1995), o planejamento do desenvolvimento regional é, antes de tudo, uma atividade societária, no sentido de ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região, como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas – como mostra a experiência histórica - em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de ‘regiões.

Desta forma, o planejamento para o desenvolvimento territorial é entendido como um processo voltado à valorização do potencial dos territórios, em que a elaboração de planos de desenvolvimento territorial são concebidos a partir de sistemas modernos de planejamento, quais sejam: democracia, descentralização, participação, organização social e política, em que o território passa de uma posição de suporte das relações sociais e funcionais e se convertem em um agente de transformação social, e que o desenvolvimento sustentável aparece como uma estratégia exequível.

DO DESENVOLVIMENTO POLARIZADO AO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E SUSTENTÁVEL

A partir dos anos de 1980 e, especialmente, ao longo da década de 1990, praticamente todas as



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

avaliações das políticas tradicionais de desenvolvimento regional revelaram que os mecanismos baseados em controles locais e em incentivos fiscais e financeiros indiscriminados se tornaram ineficazes para gerar uma base permanente e sustentável de crescimento nas regiões menos desenvolvidas. E era necessário encontrar novas concepções, novos mecanismos e novas estratégias de intervenção pública para enfrentar os desafios do desenvolvimento regional (GALVÃO, 2000).

O processo de reestruturação territorial, acima mencionado, estimulou várias iniciativas de enquadramento conceitual, bem como tentativas empíricas de verificar os prognósticos dos vários modelos teóricos. A maior parte da literatura existente destaca a ideia de que, ao longo dos últimos anos, as interdependências econômicas e institucionais ao nível regional sofreram transformações que as tornaram mais complexas e dinâmicas, bem como mais estreitamente articuladas com os mercados nacional e internacional e, por isso, mais capazes de fomentar processos de desenvolvimento autônomo e sustentável.

Abordagens diversas tomaram lugar no debate acerca das estratégias de desenvolvimento econômico localizado, que de certa forma envolvem questões de natureza econômica e política, mas que no fundo apresentavam uma série de informações sobre o desempenho de determinados estilos e modelos de desenvolvimento. Nesses termos, a discussão das transformações recentes no ambiente econômico regional e das tendências daí decorrentes, constitui tarefa que exige um movimento na busca de identificar um aporte teórico compatível com tais alterações. Para tanto, é possível que a contribuição analítica das experiências de “desenvolvimento endógeno” possa se mostrar extremamente relevantes para a compreensão desses fenômenos, mesmo porque muitos consideram esses arranjos como um importante e válida alternativa de desenvolvimento econômico.

De salientar na moderna teoria regional endógena o fato de se considerar que a sociedade civil e as relações sociais têm grande importância no processo de desenvolvimento da região. De acordo com Boisier (1989), a sociedade civil e as suas diversas formas de atuação no que diz respeito à solidariedade, integração social e cooperação, pode considerar-se como principal agente de modernização e também de transformação social e econômica de uma região.

Assim, o que define, efetivamente, o processo de desenvolvimento endógeno é a capacidade da comunidade local de controlar as mudanças ocorridas em uma localidade ou região. Quando tal é o caso, o território não se mostra um receptor passivo das ações das grandes empresas e das organizações externas, posto que, ao contar com uma estratégia própria, está em condições de influenciar a dinâmica econômica local.

De modo geral, no atual cenário de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais, convém adotar uma visão da dinâmica econômica e social que permita considerar as respostas dos atores econômicos e, assim, identificar as diversas experiências e os mecanismos do desenvolvimento econômico contemporâneo. Assim sendo, os estudos teóricos e as análises de experiências de reestruturação produtiva e da dinâmica urbana e regional permitem conceituar o desenvolvimento endógeno como uma interpretação útil para a análise e a ação (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 18). Para esse autor,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. O desenvolvimento de formas alternativas de gestão econômica, através das organizações intermediárias, e a criação de associações e redes públicas e privadas possibilitam que as cidades e regiões otimizem suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico (ibid, p. 33).

A política de desenvolvimento local, todavia, pretende superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo. Assim sendo, ela é vista como um jogo de soma positiva, capaz de tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território.

Desenvolvimento local é um processo registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos pela melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local, ao mesmo tempo assegurar a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 2002).

Esse modelo de desenvolvimento endógeno incorporava ideias dos paradigmas dos anos 50 e 60 de que o aumento da produtividade (e, portanto, do crescimento econômico) é produzido como consequência da geração de economias externas devido a três fatores: economias de escala, inovação por parte das empresas âncoras e fluxo de mão-de-obra das atividades tradicionais para as mais modernas. A diferença se localiza em quatro aspectos: o desenvolvimento pode ser difuso e não concentrado em grandes cidades; os sistemas locais podem liderar processos de crescimento e mudanças estruturais ao gerar economias de escala reduzindo custos de transação. As formas de organização social e o sistema de valores locais flexibilizam o mercado de trabalho local e reduzem custos de produção e a sociedade civil exerce um controle crescente dos processos de desenvolvimento.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhora da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Buarque (2002) ainda ressalta que o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local.

Concomitante a esse debate sobre a emergência de novas estratégias de desenvolvimento, os anos 70 viram nascer um movimento social que enfrentou diretamente a ideia do crescimento econômico infinito (aliás, o paradigma de desenvolvimento baseado nas teorias da modernização começava a entrar em crise por múltiplos fatores). Em 1972, o chamado Clube de Roma (um grupo de gestores e cientistas de várias nações encabeçados por Meadows) publicou um livro que haveria de representar um marco histórico: *The Limits of Growth*, que suscitou reações e sucessivas discussões que dividiram os partidários e os opositores ao livro. A sua mensagem central era clara:



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

um sistema de recursos finitos como a Terra não poderia sustentar indefinidamente os crescimentos populacional e produtivo cumulativos. Os recursos principais do planeta estariam esgotados em cerca de 100 anos e a contaminação química acabaria com o resto. Havia um caráter de urgência neste aviso do Clube de Roma.

Também em 1972 teve lugar em Estocolmo o congresso das Nações Unidas em Ambiente Humano, proposto pela Suécia, preocupada já nessa altura pelas chuvas ácidas no Báltico, e pela contaminação química e teor de metais pesados encontrados em peixes e aves. Esta data é, portanto, fundamental pelo menos em um ponto: marca a chegada das preocupações ambientais à agenda internacional. O encontro de Estocolmo representou o prelúdio de uma série de outros eventos que ocorreram ao longo dos anos 70 – sobre população, alimentos, água, ciência e tecnologia, energias renováveis, etc.– que combateram a percepção do mundo como um espaço aberto onde muitas nações podiam (individualmente) maximizar o seu crescimento econômico.

O desenvolvimento sustentável começa a afirmar-se no decurso dos anos de 1970, quando ganharam alguma notoriedade propostas de desenvolvimento que conciliaram crescimento econômico, equilíbrio ambiental e desenvolvimento humano. Posteriormente, o modelo de desenvolvimento sustentável incorporou novos contributos, em especial no decurso dos anos 1990. A questão central a que procura responder passou assim a ser, o porquê da variação do nível de crescimento de diversas regiões ou países, mesmo quando as condições em termos de fatores produtivos como recursos humanos, recursos financeiros e recursos tecnológicos são idênticos. Quais destes fatores são determinados no interior da própria região? De acordo com essa corrente, o capital humano, o conhecimento, o desenvolvimento e a pesquisa bem como a informação e as instituições não são determinados, exclusivamente, de forma exógena como até agora se pensava: o peso endógeno é significativo em relação a estes fatores, pelo que as regiões estrategicamente direcionadas que decidam desenvolvê-los a nível interno, poderão ter condições vantajosas para um crescimento rápido e equilibrado.

Em 1983, a Assembleia Geral das Nações Unidas encarregou a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento para a realização de uma tarefa complexa: propor estratégias ambientais a longo prazo para a obtenção de um desenvolvimento sustentável para o ano 2000 e para lá dele. A publicação em 1987 do relatório Brundtland (CMMAD, 1991) colocou na agenda mundial as questões relativas à sustentabilidade, que passaram a ser objeto de reflexões por setores sociais muito alargados. Assim, a justaposição de sustentabilidade e desenvolvimento proposta pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) parecia uma contradição ao afirmar que “o desenvolvimento sustentável seria o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras” (CMMAD, 1991).

Por fim, ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro a Cimeira da Terra, exatamente vinte anos depois da de Estocolmo. Seguiu-se a de Kyoto, que teve consequências polêmicas que ainda hoje estamos a seguir: os EUA, maior poluidor mundial e responsável por mais de 25% das emissões de dióxido de carbono, têm recusado a cumprir os protocolos que havia assinado. A Organização das Nações Unidas, através do relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1987 definiu desenvolvimento sustentável como sendo aquele



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

Desde esta altura em diante, o relatório Brundtland tornou-se uma espécie de bíblia de toda uma panóplia de pessoas, entidades e instituições de origens muito diversas. Todos o citam, todos o apontam como o «manual» da sustentabilidade a seguir. Ainda que as reflexões que se seguem sejam feitas a contracorrente, é nossa intenção afirmar inequivocamente que este mecanismo representa uma enorme fonte de equívocos; que a maioria das pessoas invoca o conceito de desenvolvimento sustentável sem sequer perguntar-se sobre o que está na sua base; e que, em suma, o conceito de desenvolvimento sustentável que temos representa uma perversão completa do princípio da sustentabilidade em si. Repete-se, constantemente, uma retórica cansativa que esconde uma filosofia que há que analisar, criticar e divulgar. Para fundamentar cuidadosamente a nossa posição, temos que analisar alguns elementos adicionais, vindos de várias fontes.

O conceito de desenvolvimento tem um conteúdo essencialmente ético, referindo-se a uma evolução no sentido dos "valores" que a sociedade, as instituições ou os indivíduos, consoantes o âmbito da sua aplicação, consideram desejáveis. Assim, compreende-se que as opções de desenvolvimento possam diferir no espaço, de acordo com a área geográfica do seu exercício, e no tempo, de acordo com o grau de avanço tecnológico, científico ou cultural, tomando este último nas múltiplas dimensões do Homem. Nesta acepção, o desenvolvimento tem um componente material de bem-estar e um componente moral ou espiritual, associado ao sentido mais profundo da existência.

A crítica ao crescimento selvagem e seus impactos sociais e ambientais estimulam uma extensa literatura e formulação de importantes conceitos. Assim, quer seja denominado como ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização entre características sociais, econômicas e ambientais se faz válida desde a Conferência de Estocolmo, e segue pautada nos oito critérios da sustentabilidade parcial, sendo eles: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional (SACHS, 2009)

Sendo, fundamentalmente, a expressão de um princípio ético e de compromisso intergeracional, a operacionalização do conceito tem-se revelada complexa e difícil. A sua aplicação colocou na ordem do dia a necessidade de avaliar o impacto sobre os recursos naturais da execução de projetos econômicos e da implementação de políticas públicas, entre outras. Como elementos essenciais dessa avaliação estão a caracterização dos impactos das operações e decisões econômicas, bem como a definição das medidas para a sua mitigação e controle. Desse modo, se avalia a capacidade dos recursos naturais satisfazerem as necessidades do projeto sem que ocorram perdas irreversíveis ou, de algum modo, inaceitáveis.

Surge, assim, o conceito dos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, equilíbrio ecológico e progresso social ou, numa formulação alternativa, competitividade, ambiente e desenvolvimento social. Esta trilogia corresponde afinal à interação dos grandes grupos de atores em presença, as empresas, a setor público e a sociedade.



OBSERVADR





PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

A visão endógena e sustentável do desenvolvimento é aquela que se orienta, sobretudo, pela possibilidade de se criar no próprio território os elementos sociais e econômicos que proporcionem um desenvolvimento econômico harmonioso e enraizado localmente, e que não dependam somente da dinâmica socioeconômica de fora da região e do país.

Neste sentido, algumas instituições têm elaborado propostas de políticas que levam em consideração a necessidade de participação dos segmentos da sociedade civil nos planos de desenvolvimento dessas regiões, com a finalidade de torná-las mais competitivas e, além disso, que se considere também a sua eficiência e eficácia social.

No caso específico da Região Nordeste, a consequência desse processo foi o surgimento de algumas experiências, em vários estados da região, de programas que focalizam questões relacionadas à sustentabilidade, via elaboração de planos de desenvolvimentos regionais, baseados no planejamento, na descentralização e na participação dos atores sociais locais.

Os planos de desenvolvimento regional surgiram após a adesão dos governos estaduais ao Projeto Áridas que tinha por objetivo uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável do Nordeste. O Projeto Áridas teve como objetivo elaborar uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável do Nordeste e elaborar modelos de planejamento e de gestão para o desenvolvimento sustentável em níveis regional, estadual e municipal. Representa um esforço em colaboração de instituições do Governo Federal, dos Governos Estaduais, de universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, de instituições de financiamento e de organizações não-governamentais. (IICA, 2017).

No bojo das formulações acima explicitadas, em 1997, o Estado do Rio Grande do Norte elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável, e como desdobramento deste, foram conduzidos os preparativos para execução dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável, quando todas as regiões se dedicaram a elaboração de seus planos, a partir de um amplo processo participativo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os diferentes níveis de governança.

Os Planos de Desenvolvimento tiveram uma visão sistêmica de todo o Estado. A ideia norteadora foi a importância que os processos econômico-sociais têm, para assegurar a sustentabilidade dos recursos ambientais continuados. Além disso, um grande esforço teve o foco final fundamentado na redução da pobreza de seus habitantes. Para tanto, o Estado foi dividido em oito Regiões de Desenvolvimento (IDEMA).



Figura 1 – Mapa das Regiões de Desenvolvimento



Fonte: IDEMA.

Os planos foram elaborados seguindo a metodologia participativa, articulando o tratamento técnico, o envolvimento da sociedade e os distintos atores da região na execução das diferentes etapas do mesmo. O trabalho está pautado no conceito de desenvolvimento sustentável, em que o planejamento corresponde a um processo, ao mesmo tempo técnico e político, de formulação de ações para a solução de problemas.

O primeiro Plano a ser elaborado foi o da Região do Seridó, em 2001, seguido pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte, em 2002. Em 2004 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi. Em 2005 foi a vez da região do Alto Oeste vivenciar a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Sustentável. Em 2007 a região da Chapada do Apodi finalizou os trabalhos de elaboração do seu Plano. Na sequência veio o plano da Região Metropolitana. A Região Mossoroense e o Vale do Assu foram as duas últimas regiões do RN a elaborarem seus Planos de Desenvolvimento Sustentável.

Na elaboração destes planos foram respeitadas as seguintes etapas: Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos e Modelo de Gestão. Do ponto de vista do diagnóstico, o estudo da região inclina-se sobre cinco dimensões: Ambiental, Tecnológica, Econômica, Sociocultural e Político-Institucional.



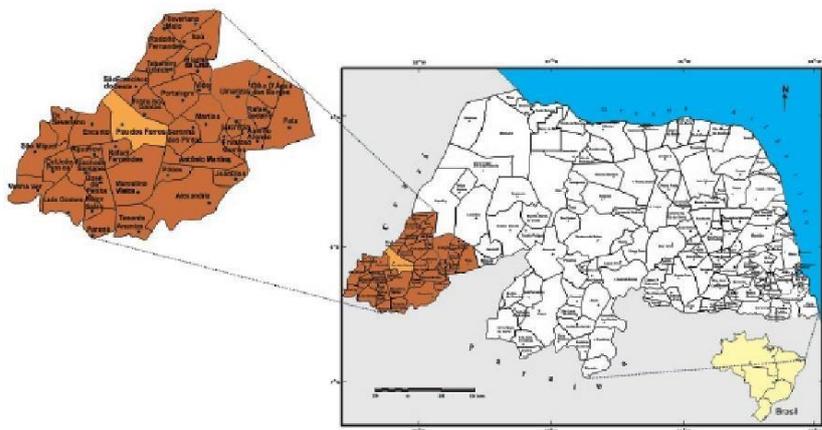
A elaboração destes planos visava dotar as regiões de uma base ampla de informações acerca da terra, do homem, riquezas e oportunidades. Essa base serviria para apoiar e orientar, em bases sustentáveis, programas e projetos de investimentos governamentais e privados, no desenvolvimento da região. Assim, esse processo envolveu articulação e mobilização de todos os parceiros institucionais e dos atores locais, viabilizando uma ação coletiva.

Esse tipo de política regional visava a criação nas várias regiões do Estado de condições econômicas e institucionais adequadas, com vista a permitir um processo sustentado e sustentável de desenvolvimento econômico que criasse oportunidades econômicas e empregos, elevando, além do nível produtivo de cada lugar, transformações na capacidade de aprendizagem e participação dos cidadãos nos destinos da região.

O PLANEJAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO OESTE POTIGUAR

O Plano foi elaborado no período 2005-2006 e abrangeu 36 municípios da região. A região de abrangência do Plano é formada por 36 municípios: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, Janduís, João Dias, José da Penha, Lucrécia, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Messias Targino, Olho D'Água dos Borges, Paraná, Patu, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal, Venha Ver e Viçosa (IPEA, 2013).

Figura 2 – Mapa do estado do Rio Grande do Norte, com destaque ao município de Pau dos Ferros e à região do Alto Oeste Potiguar



Fonte: Mapa base do IBGE (2007). Adaptado por Larissa Ferreira (2013).



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A Região do Alto Oeste Potiguar localiza-se na Zona Semi-Árida, no Sertão nordestino, na região denominada de Polígono das Secas. Essa região apresenta graves problemas estruturais, tanto do ponto de vista edafo-climático quanto do ponto de vista sócio-econômico. Nesta região as chuvas são raras com precipitação pluviométrica baixa, variando de 400 a 600 mm anuais e distribuição irregular em 4 a 6 meses, propiciando a ocorrência de estiagens (pluviosidade insuficiente) de 6 a 8 meses. O clima é quente e seco, com temperaturas médias anuais de 28 a 35°. Os solos são pobres, de origem cristalina, rasos e pedregosos, com relevo grave a ondulado e baixa capacidade de armazenamento d'água. A vegetação predominante no município caracteriza-se por apresentar formações do tipo caatinga xerófila, relativamente densa, do tipo arbustiva e arbórea de pequeno porte, e escassa forrageira nativa.

A cidade de Pau dos Ferros desempenha a função de polo na região devido a sua condição de prestadora de serviços nas áreas de saúde, educação, finanças, etc. O setor terciário também ocupa uma posição importante nas cidades de São Miguel, Alexandria, Patu e Umarizal. Mesmo ocorrendo uma concentração populacional nos espaços urbanos, a proporção de moradores na zona rural ainda é bastante representativa na região, o que segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Alto Oeste, passa a ser uma característica importante para qualquer política de desenvolvimento regional envolvendo os municípios dessa região.

A Mesorregião do Oeste Potiguar é marcada por fortes desigualdades sociais e índices econômicos depressivos, sendo a cidade de Pau dos Ferros um importante polo de atividades socioeconômico, exercendo relações dinamizadoras sobre seu espaço regional. Ao discorrer sobre a polarização de Pau dos Ferros e sua consolidação como centro regional, Bezerra (2016) ressalte que:

Pau dos Ferros, por apresentar um dinamismo e uma complexidade crescente nos setores de serviços e comércio, vem se mostrando como um centro procurado por toda a região, principalmente, para o uso de serviços médicos, educacionais e bancários. Do mesmo modo, Pau dos Ferros possui estruturas de comércio atacadista e varejista de abrangência regional, embora não esteja muito aberta às estruturas do capital externo, sua economia apresenta diversos segmentos de serviços e produtos existentes apenas nas cidades maiores, estas localizadas muito distantes da região. (Bezerra, 2016, pag. 368).

A principal característica da rede urbana do Alto Oeste Potiguar é a destacada presença do município de Pau dos Ferros, que se comporta, em relação aos outros municípios da região, como centro comercial e provedor de serviços, uma vez que atende as demandas de consumo e serviços principalmente das cidades vizinhas, oferecendo produtos mais especializados e suprimindo necessidades de serviços como educação, saúde e finanças. A cidade, ainda, concentra grande parte das atividades econômicas da região, justificando a assimetria existente entre as cidades da mesorregião.

Segundo o estudo das Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008), Pau dos Ferros é considerada um Centros sub-regional A, destacando-se no comércio, na oferta de ensino superior e na prestação de serviços públicos (principalmente de saúde e educação).

Neste aspecto, essa característica de localizar-se num entroncamento rodoviário e numa região fronteiriça, incorpora a Pau dos Ferros outra característica, agora relacionada a mobilidade



OBSERVADR





pendular, especialmente na configuração das modalidades dos fluxos populacionais. Nesse contexto, percebendo sua localidade e importância regional, percebemos também que a mobilidade populacional diária passa a assumir um peso relevante na configuração do espaço, tendo em vista que este fenômeno se relaciona também com os movimentos migratórios.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste foi composto por 23 programas e 63 projetos, distribuídos também nas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável e articulados em dez eixos estratégicos, conforme também as potencialidades e os problemas centrais dos municípios. A Região do Alto Oeste está localizada no extremo sul-oeste do Estado do RN. A Região compreende uma área de 5.259,865 km², ou 9,96% do território estadual. A conformação de sua geografia define a existência de dois ecossistemas, o de Caatinga e o de Floresta de Serras, que são regionalmente identificados como sertão e áreas serranas. (RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

Quadro 1 – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste – Eixos, Programas e Projetos

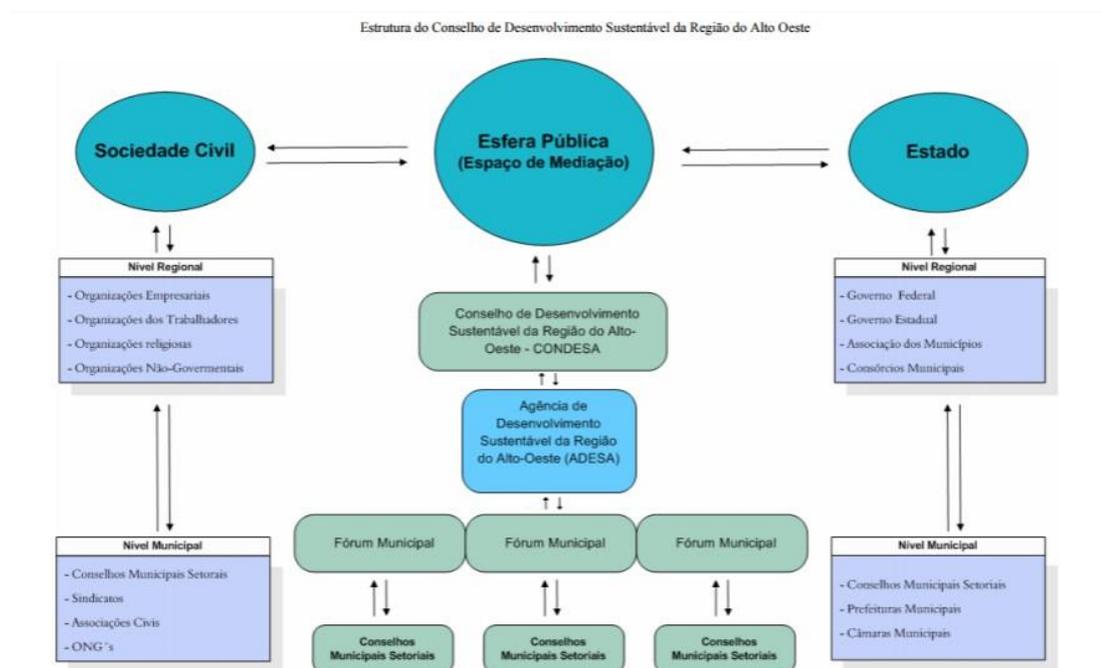
Dimensão	Eixos	Programas	Projetos
Ambiental	2	4	9
Econômica	3	7	21
Sócio-cultural	3	7	22
Científico-tecnológica	1	3	7
Político-institucional	2	2	4
Total	10	23	63

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste.

Do ponto de vista da estrutura do modelo de gestão do Plano, a mesma foi consubstanciada a partir da criação de ambiente institucional em que uma nova esfera pública, da qual participam instituições do Estado e da sociedade civil, comprometidas com a construção de um novo pacto territorial, articulado em torno das seguintes diretrizes orientadoras da implementação das ações do Plano.



Figura 3 – Modelo de Gestão



Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste.

Trata-se, portanto, da construção de uma nova esfera pública, compartilhada por representantes do Estado e da sociedade civil de distintas orientações políticas e de diferentes segmentos socioeconômicos, com a missão de obter o apoio político, criar as condições institucionais, mobilizar os recursos financeiros e estabelecer as diretrizes e as condições operacionais para implementação das opções estratégicas e dos Programas e Projetos selecionados. (RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos estudos têm revelado que, no caso brasileiro, a maioria das iniciativas em curso acerca das políticas e programas de desenvolvimento territorial tem encontrado dificuldades quanto à implementação das ações propostas, revelando um enorme descompasso entre o que foi planejado e o que foi executado.

Sabe-se que as dificuldades políticas, técnicas e institucionais sempre são apresentadas como obstáculos que precisam ser superados para por em prática uma política de desenvolvimento regional, pois muitas vezes as instituições do estado normalmente são concebidas e atuam de acordo com a as estruturas socioeconômicas vigentes. Por sua vez, é necessário verificar até que ponto essa proposta de política aproxima-se realmente da visão endógena e sustentável de desenvolvimento local, vertente esta que se orienta, sobretudo, pela possibilidade de se criar no



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

próprio território os elementos sociais e econômicos que proporcionem um desenvolvimento econômico enraizado localmente, e que não dependam somente da dinâmica socioeconômica de fora da região e do país.

No caso específico do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste, passados mais de dez anos da elaboração do plano, e os limitados resultados alcançados quanto a sua efetividade, indagamos: qual o grau de implementação do plano? Quais são os fatores que tem dificultado a implementação do mesmo? As dificuldades podem ser atribuídas a problemas de concepção ou a um descompasso entre a formulação e a implementação? O modelo de Governança e Gestão construídos, operacionalizado por meio da parceria, da participação, do diálogo social e da democracia, tem sido eficiente nos seus propósitos? O Plano teve um real político das instâncias governamentais para superar resistências e cumprir a missão integradora pretendida?

A hipótese de trabalho desta tese é que o conjunto de iniciativas de desenvolvimento regional abriga interesses políticos, sociais e econômicos distintos e por vezes concorrentes, tendo tal fato se constituído num grave obstáculo, ainda que não único, à consolidação destas iniciativas. Dissenso, conflito de interesse, falta de compromisso, poucos recursos, estariam na raiz da pouca efetividade das políticas públicas e ações definidas no sentido de alcançar as metas definidas quando da elaboração dos planos

Frente a estes aspectos, concordamos com Karam (2012) quando afirma que a efetividade da ação governamental em regimes democráticos depende do reconhecimento dos múltiplos interesses envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, o que coloca em relevo a importância das institucionalidades capazes não apenas de mediar tensões existentes, mas, fundamentalmente, de integrá-las a um projeto coletivo.

Dentre as principais causas que tem dificultado a implementação do plano estão: a escassez de recursos para financiar os programas e projetos, o pouco empenho dos prefeitos e governadores, a desarticulação entre as propostas regionais e as políticas públicas federais e estaduais. Por fim, o modelo de gestão mostrou-se ineficiente na execução do plano.

Portanto, podemos considerar que, no aspecto empírico, qualquer análise sobre o desenvolvimento territorial numa perspectiva integradora e sustentável deve ser avaliada a partir do contexto institucional e de gestão deste território considerando, principalmente, a identificação e o perfil das instituições, os atores sociais e os recursos de poder, mesmo porque entendemos que um aspecto relevante a ser destacado quanto à viabilidade e o sucesso de qualquer estratégia localizada de desenvolvimento e das políticas adotadas em seu favor são, sem dúvida, a eficiência das instituições públicas, o perfil da comunidade (cultura cívica, nível de mobilização, entre outras características), bem como o caráter das coalizões locais e o padrão de articulação público-privado existente.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. São Paulo. **Revista Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr. /jun. 2000, 19p.

ALVES, L. da S. F. e SANTOS, A. Produção do espaço urbano da Cidade de Pau dos Ferros - RN: análise da tendência de valorização fundiária do Bairro São Geraldo. **Bol. geogr., Maringá**, v. 33, n. 2, p. 73-88, mai./ago., 2015.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. **In: SANTOS, Milton et al. Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? **In: Desigualdades Regionais e Federalismo, In: Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; UFRGS Editora, 2001.

BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEZERRA, J. B. **A cidade-região de Pau dos Ferros: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada**. Tese Doutorado, UFC, 2016

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. **In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). Economia regional: teorias e métodos**, Fortaleza, BNB. ETENE, 1989, p. 589-694.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BONELLI, R. Impactos Econômicos e Sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social. **In: EMBRAPA, ANAIS, Seminário sobre os Impactos da Mudança Tecnológica do Setor Agropecuário na Economia Brasileira**. Brasília, documentos nº 5, 02.

CMMAD. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional**: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Natal, 2014, 260f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

GALVÃO, O. de A. Clusters e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, 2000.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, É. O território em tempos de globalização. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º semestre 1999.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Projeto Áridas**: memória e acervo. Disponível em: http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Projeto_%C3%81ridas_-_Mem%C3%B3ria_e_Acervo_-_Livreto_CD.pdf.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). **Boletim Econômico do Rio Grande do Norte**. 1994, 284 p.

IPEA. Relatório de Pesquisa – Estado do Rio Grande do Norte. **Planejamento e gestão governamental na esfera estadual**: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs. Brasil, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Planejamento e Finanças, Instituto Interamericano de Cooperação com a Agricultura – IICA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste**. Vo 1, 2 e 3. Natal, 2006.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, M. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.



OBSERVADR





II SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



OBSERVADR

